

# A conflitante construção identitária dos jornalistas brasileiros



Cristiane Lindemann<sup>1</sup>

LOPES, Fernanda Lima. *Ser Jornalista no Brasil: identidade profissional e formação acadêmica*. São Paulo: Paulus, 2013.

Pensar em identidade a partir do senso comum pode remeter, em uma primeira instância, a características individuais, ou, ainda, quando falamos em grupos sociais, àquilo que é comum, que aproxima diferentes atores. Contudo, não são esses os preceitos que orientam a obra de Fernanda Lima Lopes, de título *Ser Jornalista no Brasil: identidade profissional e formação acadêmica* (Editora Paulus, 2013). Para tentar responder conceitualmente a questão “quem pode ser identificado como jornalista no Brasil hoje?”, a autora trilha dois caminhos marcadamente polêmicos, antagônicos e conflitantes – a obrigatoriedade do diploma e os debates acerca de parâmetros curriculares para o curso de jornalismo.

Instigada por questões pessoais relativas ao campo profissional vividas quando recém-formada, no início do século XXI (concorrência, baixos salários, limitações da profissão especialmente em cidades menores, internet incipiente, trabalho em troca de favores políticos), a autora resolveu dedicar seis anos à pesquisa acadêmica (mestrado e doutorado) em torno do tema proposto neste livro. A obra é dividida em três partes: a primeira, de cunho mais teórico, trabalha com os conceitos de jornalismo e de identidade; a segunda obedece a uma ordem cronológica de processos envolvendo o ensino de jornalismo e a profissionalização dessa atividade no Brasil; e a última trata de questões relativas à formação do jornalista na primeira década do século XXI, com foco na obrigatoriedade do diploma e na criação das diretrizes curriculares específicas para o jornalismo.

A historicidade do jornalismo brasileiro é essencial para compreendermos todo o processo de construção identitária desse grupo profissional. Lopes menciona, por exemplo, o perfil da imprensa no século XIX, quando os primeiros impressos tinham caráter político e defendiam escancaradamente determinadas posturas e ideologias. Contudo, já nessa época, os jornalistas tinham vontade de promover o bem comum, de transformar a realidade em benefício público, o que permanece até hoje como marca da identidade dos jornalistas. Mais adiante, a autora retoma o período de profissionalização do jornalismo brasileiro, na década de 1950, quando características empresariais e inovações tecnológicas invadem as redações, e a informação passa a ser entendida como mercadoria, e a publicidade como sinônimo de lucro. O ideal da objetividade é uma das rupturas mais expressivas nesse processo, pois representa o abandono de uma maneira até então tradicional de se

<sup>1</sup> Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS.

Professora do Departamento de Comunicação Social da Universidade de Santa Cruz do Sul. E-mail: cristiane\_lindemann@yahoo.com.br

fazer jornalismo, mais literária. A adoção do lead, a redução dos textos, a padronização gráfica das páginas também marcam essa época, ajudando a compor a mítica de um profissional “isento”.

Os exemplos mencionados evidenciam o quanto a imersão no passado é primordial para compreendermos a formação identitária dos jornalistas. Como assinala Lopes, “identidade é, sobretudo, um processo de construção de sentidos que são negociados e constantemente revistos no espaço social”. Para a autora, é vital termos conhecimento sobre elementos que, histórica e gradativamente, contribuíram para a formação identitária. Alguns permanecem, outros são descartados, e outros, ainda, se renovam. Mas a prática na redação é apenas um dos eixos para a construção da identidade profissional. O surgimento dos cursos de graduação, bem como a consequente evolução das escolas de nível superior, quase concomitante ao período da profissionalização do jornalismo no Brasil, são fatores que também influenciaram esse processo.

O estabelecimento do Decreto-Lei 972, em 1969, determinando a obrigatoriedade do diploma de jornalismo, e sua queda em 2009, determinada pelo Supremo Tribunal Federal, assim como a elaboração das primeiras diretrizes curriculares para o curso de jornalismo no Brasil, nesse mesmo ano, também são momentos expressivos para o campo, sobre os quais Lopes discorre. Ela analisa discursos proferidos por diferentes atores sociais, em especial aqueles envolvidos com os sindicatos, o mercado de trabalho, o poder público e os empresários da mídia, a partir de uma abordagem teórico-metodológica baseada nos estudos sobre retórica. Conforme relata a autora, todas as discussões são permeadas por relações de poder, e as interações entre os envolvidos moldam constantemente o universo jornalístico, refletindo na formação identitária do grupo.

As análises das questões do diploma e das diretrizes curriculares apresentam resultados muito semelhantes: a tendência de uma forte disputa de teor mais acadêmico pelo reconhecimento do jornalismo como campo de conhecimento específico dentro da área da comunicação e a reiterada conexão do papel e da importância do jornalismo e dos jornalistas com os valores da liberdade, democracia e cidadania. Em meio às discussões e conflitos, são esses dois elementos que prevalecem como consenso, como traços identitários que não são “naturais”, mas, sim, resultantes de todo um percurso histórico que a autora traz anteriormente, a fim de esclarecer ao leitor todo o processo. E o faz com muita propriedade.

O mérito na obra não se esgota aí. Lopes ainda contempla um fator muito saliente no início do século XXI, que são as consequências da chegada das tecnologias da comunicação e da informação às redações, pondo em xeque alguns elementos e crenças consagrados na identidade jornalística durante a modernidade, quando os meios massivos preponderavam. O contexto atual exige diferentes perfis profissionais, domínio de novas tecnologias e de novas formas de narrar – o que, é importante dizer, vem sendo contemplado pelos currículos nas universidades. Além disso, surgem mais possibilidades para o trabalho do jornalista ser realizado diretamente com o público, sem a

mediação de uma empresa, o que também pode ser um indício de mudança identitária em longo prazo. Por fim, talvez o fator mais marcante assinalado pela autora em relação a essa discussão seja o fato de que os critérios e noções de pertencimento ao grupo são abalados. Como agora um grande número de pessoas tem acesso a ferramentas que permitem produzir e publicar informações na rede, muitos desses sujeitos passam a se definir como jornalistas, borrando as fronteiras de identidade.

Apesar das tensões, a pesquisa de Lopes assinala que o exercício do jornalismo ainda ocupa um lugar na sociedade que visa, sobretudo, a oferecer ao público informações sobre a realidade em que se vive, com sinceridade, conhecimento e credibilidade. Esse permanece sendo o ideal perseguido pelos diferentes atores sociais envolvidos com o campo (empresários, acadêmicos e representantes de classe) e, ao fim e ao cabo, diz a autora, por toda a sociedade que se fia no jornalismo. A disputa de forças entre a prática e a academia – que, em determinado momento, passou a ser vista por alguns atores como a instância mais capacitada e legítima para ditar parâmetros para a formação do jornalista –, ainda existe e, sendo assim, a luta pela retomada da obrigatoriedade do diploma vai persistir. Mais do que encarar esse fato como embate, temos de considerar, em consonância com a autora desse livro, que ele evidencia os valores, representações, memórias e outros elementos da construção identitária dos jornalistas.

Apesar de ter se originado de uma angústia pessoal de Lopes, enquanto jornalista recém-formada, cheia de dúvidas e ansiedades, o tema proposto é de interesse amplo. Consideramos a leitura do livro válida para estudantes, docentes e jornalistas “de redação”, uma vez que, para desvendar as questões identitárias, a autora transita pela história do jornalismo brasileiro, enfatizando elementos como crenças, hábitos, profissionalização e discussões acerca da prática e da academia, oferecendo aos leitores uma retomada cronológica com visão bastante crítica do desenvolvimento do campo. Isso não significa, no entanto, que ela se posicione acerca dos temas. Pelo contrário, o compromisso com a pesquisa científica que embasa a obra é assegurado pelo rigor metodológico, com ênfase nos estudos de retórica. Nesse sentido, e para encerrar, cabe apenas uma observação: a pesquisa de campo com alunos de comunicação social que integra parte do corpo deste trabalho foi realizada apenas com estudantes do Rio de Janeiro, o que, na nossa percepção, pode ser insuficiente para falar sobre “o que é ser jornalista no Brasil”, uma vez que várias nuances podem ser identificadas em um país de extensão continental e de culturas tão variadas.